



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

173

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0173090-9

COMARCA	-	Jaboatão do Guararapes – Vara. Trib. do Júri
APELANTE	-	Aldemir José dos Santos
APELADO	-	Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROC.	-	Maria Tereza de Oliveira e Silva
RELATORA	-	Des ^a . Alderita Ramos de Oliveira
REVISOR	-	Cláudio Gean Nogueira Virginio

EMENTA:

PENAL. PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. JÚRI. HOMICÍDIO COM DUAS QUALIFICADORAS. DECISÃO CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA. NULIDADE. POSSIBILIDADE. DUPLA VALORAÇÃO DAS QUALIFICADORAS. *BIS IN IDEM*. EXISTÊNCIA. APLICAÇÃO “EX OFFICIO” DA LEI 11.464/07.

I – Não merece reforma e, conseqüentemente, novo julgamento, a decisão do Conselho de Sentença, que está em harmonia com o conjunto probatório dos autos.

II – Presentes duas qualificadoras do homicídio (art. 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal) também no rol do art. 61 do Código Penal, a primeira qualificará o tipo e a segunda servirá como agravante genérica, não implicando em indevido bis in idem.

III – Ante o advento da lei 11.464/07 que modificou o artigo 2º, § 1º da lei 8072/90, a pena de reclusão aplicada aos crimes hediondos deve ser cumprida, inicialmente, em regime fechado.

IV – Apelação improvida. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº **0173090-9**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 18 de agosto de 2009.

Presidente

Desa. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

174

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0173090-9

COMARCA - Jaboatão do Guararapes – Vara. Trib. do Júri
APELANTE - Aldemir José dos Santos
APELADO - Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROC. - Maria Tereza de Oliveira e Silva
RELATORA - Des^a. Alderita Ramos de Oliveira
REVISOR - Cláudio Gean Nogueira Virginio

RELATÓRIO

ALDEMIR JOSÉ DOS SANTOS, vulgo “Saúba”, qualificado nos autos (fls. 01-A), foi denunciado perante o Juízo da Vara Privativa do Júri da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, como incurso nas sanções do art. 121¹, §2º, incisos I e IV do Código Penal, com as implicações da lei 8072/90.

Narra a denúncia (fls.1A/1C) que o acusado desferiu disparos de arma de fogo contra a vítima **RAFAEL SANTOS DOS ANJOS**, tendo produzido no mesmo as lesões descritas no Laudo da Perícia Tanatoscópica de fls. 16, as quais, por sua natureza e sede, foram as causas da sua morte, fato este ocorrido no dia 13 de fevereiro de 2005, por volta das 23h e 30min, no interior da residência situada à Rua Campo Real, nº 12-C, Prazeres, no município de Jaboatão dos Guararapes.

Concluída a instrução criminal e oferecidas as alegações finais (fls. 209/210 e 217) o juiz sumariamente pronunciou o réu (fls. 219/222) nos termos da peça acusatória.

Após o Libelo (fls.238) o acusado veio a Júri, onde foi condenado à pena de 19 (dezenove) anos e 06(seis) meses de reclusão, conforme sentença de fls. 277/279.

Inconformado, o réu interpôs apelação (fls. 317) e, em sucessivo, ofereceu razões recursais (fls. 318/320), suscitando, no

¹ **Homicídio simples**

Art 121. Matar alguém:

(...)

Homicídio qualificado

§ 2º Se o homicídio é cometido:

I - mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe;

II - por motivo fútil;

III - com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum;

IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;

V - para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime:

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

175

mérito, que o réu seja submetido a novo Júri, haja vista a decisão ser contrária à prova dos autos, e, subsidiariamente, requer a diminuição da pena imposta, tendo em vista que o juiz sentenciante valorou os incisos I e IV do art. 121 da Lei Penal Substantiva tanto como qualificadoras quanto como agravantes.

A Promotoria de Justiça, às fls. 323/327, respondeu ao apelo rechaçando a pretensão da defesa.

Vale observar que o apelante encontra-se preso até o presente, conforme guia de recolhimento disposta às fls. 301/302 dos autos.

Nesta Instância, a Douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva, às fls. 330/334, ofereceu parecer opinando pelo improvimento do recurso em comento.

Está feito o relatório.

À Revisão.

Recife, 12 de fevereiro de 2009.

Desª. Alderita Ramos de Oliveira
Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

176

05

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0173090-9

COMARCA	-	Jaboatão do Guararapes – Vara. Trib. do Juri
APELANTE	-	Aldemir José dos Santos
APELADO	-	Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROC.	-	Maria Tereza de Oliveira e Silva
RELATORA	-	Des ^a . Alderita Ramos de Oliveira
REVISOR	-	Cláudio Gean Nogueira Virgínio

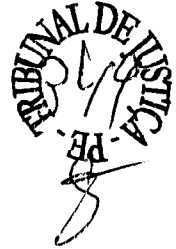
VOTO

O réu pretende, através do presente recurso, ser submetido a novo julgamento, alegando que a decisão dos jurados contrariou à prova dos autos e requer, subsidiariamente, a diminuição da pena.

De logo, tenho por comprovada a materialidade do fato pela certidão de óbito (fls.14), fotografias (fls. 296/297) e a Perícia Tanatoscópica (fls.16).

No tocante à autoria, vê-se que o ora apelante confessou, na fase inquisitorial, a prática delitiva a si imputada, ao declarar (fls.12/13):

“(...) QUE, confessa ter praticado o crime de homicídio que vitimou RAFAEL SANTOS DOS ANJOS, fato ocorrido na residência da vítima, no mesmo bairro onde reside o interrogado, por volta das 24:00 horas de um dia de domingo, acerca de dois meses atrás; QUE, afirma o interrogado que matou RAFAEL porque estava sofrendo ameaças por parte dele, esclarecendo que ambos freqüentavam casas de “dança”, de onde começaram a serem rivais, cuja rixa originou-se porque eles sempre dividiam as mesmas mulheres nas danças; QUE, informa o interrogado que no momento em que resolveu ir matar RAFAEL, estava sóbrio, tendo se dirigido até a residência da vítima, onde a invadiu e disparou-se contra RAFAEL próximo a porta da frente, e como estava com revólver TAUROS, cal. 38, na mão e engatilhado, só o levantou e mirou na testa do seu rival, acertando-o por duas vezes, sendo que uma das balas o atingiu na testa e a outra próximo a um dos olhos, vindo ele a tombar sem vida; QUE, após cometer o crime, friamente, o interrogado, sem correr e sem ser visto pela população local, foi para sua casa, onde guardou a arma e foi dormir; QUE, a arma usada pertencia ao interrogado, mas esta ele vendeu para



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

177

um elemento conhecido por TOINHO, o qual foi assassinado a cerca de um mês; QUE, afirma o interrogado que cometeu o homicídio em questão, sozinho, sem a participação de ninguém (...).

Por outro lado, o interrogado nega a autoria delitiva dizendo em juízo (fls.106/107):

"(...) QUE, não é verdadeira a acusação contida na denúncia; QUE conhecia a vítima de vista; QUE na hora do crime estava em casa com a família; QUE esta sendo acusado da autoria do crime pela esposa da vítima que tem raiva do interrogado; QUE já teve amizade com a esposa da vítima, pois já participou com a mesma de festas e danças (...) QUE mora perto do local do crime e ficou sabendo do mesmo aproximadamente quatro horas depois quando os colegas chegaram em casa informando que havia ocorrido um crime na proximidades; QUE neste momento os colegas do interrogado não disseram o nome da vítima, tendo em seguida o interrogado decidido ir com ditos colegas olhar o corpo; QUE chegando ao local do crime reconheceu a vítima; QUE não tem idéia a quem pertença a autoria do crime; QUE nunca foi preso, nem processado; QUE das testemunhas arroladas as fls. 51, conhece apenas DANIELE DE MELO FERREIRA, que é sua esposa (...) Dada a palavra ao Defensor do acusado, às perguntas RESPONDEU: não sabe indicar quem foram os colegas que avisaram do crime e com os quais fora olhar o corpo; QUE conheceu a esposa da vítima apenas por MÁRCIA; QUE a esposa do interrogado não tem nem nunca teve amizade com a esposa da vítima; QUE o motivo pelo qual perante a autoridade policial prestou depoimento diverso em todo conteúdo do depoimento prestado neste ato, foi o fato de na delegacia haver "apanhado muito, e assim quem é que aquece"; QUE apanhou em várias partes do corpo dentro da cela; (...) QUE não conhece o delegado presente naquela ocasião, mas supõe que era delegado a pessoa que estava presidindo seu depoimento; Que não era o delegado que digitava seu depoimento."

Vela salientar que não existe nos autos qualquer prova de que o réu foi torturado ou sofreu qualquer agressão física para confessar a autoria delitiva, visto que os laudos traumatológicos não confirmam a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

existência de nenhuma delas, ademais, o periciado, ora apelante, declara no item histórico as fls. 71 e 72 que não houve agressão física.

Vê-se, portanto, que a retratação do réu, em juízo, não tem qualquer relevância, porquanto totalmente divorciada da prova colhida dos autos, como assentado na Jurisprudência:

"TRF da 2ª Região: "A Jurisprudência é uníssona quando confere maior credibilidade à confissão extrajudicial que à retratação em Juízo, desde que a primeira esteja amoldada às demais provas e circunstâncias dos autos, e a segunda, totalmente inverossímil e divorciada do conjunto probatório" (RT 726/755)".

Assim, vejamos outros elementos probatórios que corroboram a versão acolhida pelo conselho de sentença.

A testemunha **DANIELE DE MELO FERREIRA**, perante a autoridade policial, afirmou (fls.10/11):

"(...)há dois anos passou a conviver maritalmente com ALDEMIR (...) e que atualmente esta grávida de seu companheiro a 04 meses; QUE, desde que começou a namorar com "SAÚBA", ele lhe dizia que era "matador(...)" QUE, na noite de ontem após se embriagar alcoolicamente, "SAÚBA" agrediu fisicamente e moralmente a depoente, de modo que ela veio até esta delegacia e registrou um BO referente a esse fato, e aproveitou a oportunidade para denunciá-lo de um crime de homicídio que ele praticou acerca de 03 meses, por volta das 23:00 horas em um dia de domingo, fato ocorrido na Rua do Campo, no Areeio, cuja vítima trata-se do indivíduo que atendia pelo nome de RAFAEL. QUE, informa a depoente que "SAÚBA" chegou em casa com as roupas sujas de sangue e disse para a depoente que acabara de matar RAFAEL dizendo que o motivo do crime teria sido porque a vítima vivia "tirando onda com a cara dele", crime este cometido na companhia dos indivíduos conhecidos por "RONI" e "CABEÇA ou TONHO NEGÃO", e que a arma usada no crime pertencia a "RONI", afirma a depoente que "SAÚBA" não tem arma de fogo e que para cometer os homicídios que disse ter cometido, pedia a arma de algum comparsa (...) QUE, apesar de "SAÚBA" só lhe ter confessado o assassinato de RAFAEL, informa a depoente que tem conhecimento de que ele matou, em



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

179

data e local desconhecido um comerciante estabelecido na cidade de Ipojuca, pelo fato de "SAÚBA" ter um débito com a vítima (...) QUE a depoente tem conhecimento de outro homicídio cometido por "SAÚBA" cuja vítima era uma moça de 15 anos de idade, fato ocorrido na linha do trem do Areeiro (...).

MÁRCIA MARIA DE SOUZA, esposa da vítima, perante a autoridade judiciária, informou (fls.162):

"(...) QUE a depoente tomou conhecimento de que foi o denunciado o autor do crime que vitimou RAFAEL porque aproximadamente dois meses após o crime, a depoente foi procurada em sua residência pela mulher do denunciado, a qual a depoente não conhecia e que "não tenho certeza, mas parece que se chama DANIELE", a qual perguntou à depoente se queria saber quem havia assassinado o marido da depoente, tendo em seguida dito que tinha sido "SAÚBA", o qual havia chegando em casa naquela noite as 02:00 horas da madrugada, "todo melado de sangue e bêbado"; QUE ela teria dito ainda à depoente que "SAÚBA", ao chegar em casa, disse que tinha morto RAFAEL e convidando a mulher para ver o corpo, tendo a mesma, na ocasião, dito a SAÚBA: "mas com é que tu faz uma coisa dessas?" (...) QUE ninguém viu mais a esposa do acusado no local, pois ouviu comentários de que a mesma havia sido "jurada de morte pelo denunciado"; QUE ouviu e viu na televisão quando o denunciado confessou haver matado RAFAEL (...).

É fácil concluir que tais declarações estão em perfeita consonância com o édito condenatório, haja vista reconhecerem a autoria do crime na pessoa do apelante.

E nesse mesmo sentindo, ROSA MOREIRA DA SILVA, testemunha ouvida no inquérito, disse (fls. 47):

"(...)QUE, juntamente com Mônica Maria da Silva, são proprietárias de um corredor de quartos, no endereço acima citado, cujo quarto de nº 12-C, estava alugado a RAFAEL (...);acerca de um mês, local onde ele foi assassinado por volta das 23:30 horas do dia 14 de fevereiro de ano em curso; QUE, informa a depoente ela e Mônica estava dentro do quarto nº 12-B, e tiveram suas atenções

6



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

180

despertadas pelo barulho (...) de dois estampidos de disparos de arma de fogo, mas continuaram ali dentro, sem abrirem a porta (...); QUE, minutos depois, alguém bateu na sua porta e disse que aqueles tiros haviam vitimado o seu inquilino RAFAEL (...) cerca de quatro dias após esse fato, ouviu comentários de que o indivíduo conhecido por "SAUBA" fora visto saindo dali acompanhado de outro indivíduo, após ter assassinado RAFAEL; QUE, afirma a depoente que tem conhecimento de que "SAUBA" é muito agressivo e violento, de modo que é temido pela população local (...)".

Em juízo, as fls. 158/159, a testemunha ROSA MOREIRA DA SILVA confirma o depoimento prestado por ocasião do inquérito.

ROBSON JOSÉ DA SILVA, testemunha arrolada pela defesa, em juízo, disse (fls.205/206):

"(...) QUE o depoente, na hora do crime estava na frente de um bar lá perto da casa, na companhia de ALDEMIR; estávamos só nós dois; estávamos conversando, esperando chegar a hora de meia-noite para ir pescar; (...)".

Tal álibi não foi confirmado, haja vista que o recorrente afirma às fls.207 que estava no bar do Denis sozinho e depois foi para casa ficar com sua família em casa.

O apelante em seu interrogatório na sessão do júri disse (fls.207):

"(...) Eu soube da morte de Rafael porque eu estava em casa e passou uns colegas meus, perguntando a mim se eu tinha escutado alguns tiros, eu disse que não tinha escutado, me chamaram para olhar o que foi e eu fui lá. Já era tarde da noite. Não me lembro a pessoa que foi, não sei quem foi que me chamou para ir olhar, era homem. Da minha casa para o local eu acho que é uns duzentos metros mais ou menos, eu não tinha escutado os disparos (...) Eu estava em casa com o meu pessoal tomando café, só estava eu e minha esposa mesmo. Naquele dia eu tinha saído para tomar uma, quando cheguei em casa aí o pessoal passou chamando, eu tomei uma no bar de Denis que fica próximo a minha casa, eu tomei sozinho (...) Cheguei no bar era umas nove horas, saí do bar era umas nove e

42



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

181

quarenta por aí, depois fui para casa (...) A minha esposa era DANIELE DE MELO FERREIRA. Eu fui preso mais ou menos dois meses depois do crime. Eu me dava bem com minha mulher. (...) Quando meus colegas me disseram dos disparos e me chamaram para ir ver, fazia mais ou menos uma hora e meia que tinha acontecido (...) MÁRCIA é a mulher de RAFAEL. Eu me dava bem com ela, nunca tive nenhum desentendimento com ela (...) na delegacia eu confessei o crime e na televisão também confessei. Na televisão só confessei o crime de RAFAEL (...) Na hora que eu fui apresentado a imprensa eu disse que tinha confessado. Não procede que eu tenha discutido com ninguém por causa de mulher, eu sempre fui à dança, mas nunca dancei com MÁRCIA, mas eu conhecia MÁRCIA que é esposa de RAFAEL(...)."

O cotejo dos depoimentos trazidos aos autos demonstra que o réu entrou em várias contradições.

São elas:

- 1) No que tange ao local onde se encontrava o réu no momento do crime disse que estava em sua residência com sua família às fls.207, enquanto que às fls. 205 e 206 Robson, testemunha arrolada pela defesa, disse que estava na hora do crime na frente de um bar lá perto da casa, na companhia de ALDEMIR; onde estavam só os dois. Já às fls.207, o réu alega que estava bebendo sozinho no bar do Denis.
- 2) Às fls.106/107 o acusado disse que conhece Márcia, esposa da vítima, e já ter participado de festas e danças com ela, mas às folhas 162 ele nega que a conhecesse.
- 3) No que diz respeito ao momento em que tomou conhecimento do crime, às fls. 106 e 107 o recorrente disse que ficou sabendo do crime quatro horas depois do fato, mas às fls. 271 ele disse que seus colegas foram lhe chamar uma hora e meia após os disparos.
- 4) Indagado se já havia sido preso ou processado, o acusado afirma que não às fls.106/107, porém informa suas condenações às fls. 269.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

182

Forçoso concluir que a decisão açoitada não afrontou a prova produzida durante o sumário, tendo o Conselho de Sentença, optado pela versão que lhe pareceu mais convincente.

No que pertine à alegada exacerbação da reprimenda imposta ao recorrente, melhor sorte não lhe socorre; contudo, ao fixar a pena, o Juiz sentenciante laborou em erro quando considerou ambas as qualificadoras como circunstâncias judiciais, transgredindo o princípio do *non bis in idem*. Assim vem decidindo reiteradamente o Superior Tribunal de Justiça:

STJ – “(...) Inviável se torna a dupla valoração de qualificadoras, tanto para qualificar o delito, quanto para a fixação da pena-base acima do mínimo legal, na primeira etapa de dosimetria da pena, sob pena de incorrer-se em bis in idem (...). (HC 67710 / PE; Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA; SEXTA TURMA; Data do Julgamento 27/03/2008; Data da Publicação/Fonte DJe 22/04/2008.)

Por outro lado, o Superior Tribunal de Justiça admite que na presença de duas qualificadoras uma servindo para qualificar o crime e a outra ser utilizada como agravante, o que também não foi seguido pela magistrada *a quo*. Assim vemos os seguintes excertos de decisões já reiterada pelo Superior Tribunal de Justiça:

STJ – “(...) Figurando ambas as qualificadoras do homicídio (art. 121, § 2.º, incisos I e IV, do Código Penal) também no rol do art. 61 do Código Penal, a primeira qualificará o tipo e a segunda servirá como agravante genérica, não implicando em indevido bis in idem (...). (REsp 284342 / DF; Ministra LAURITA VAZ; QUINTA TURMA; Data do Julgamento 16/09/2004.)

STJ – “(...) Constatada a dupla valoração das qualificadoras, as quais foram utilizadas para tipificar o delito de homicídio como qualificado, bem como para agravar a reprimenda na terceira fase da dosimetria, sem que houvesse diferenciação de quais as causas teriam sido utilizadas para qualificar o tipo penal e quais seriam consideradas como agravantes, resta caracterizado indevido bis in idem (...). (HC 59858 / SP; Relator Ministro GILSON DIPP; QUINTA TURMA; Data do Julgamento 07/11/2006).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira **183**

STJ – “(...) Reconhecida a presença de duas qualificadoras do homicídio, uma é utilizada para qualificar o delito e a outra deverá ser considerada como circunstância negativa, seja na primeira fase da dosimetria (art. 59 do CP), seja como agravante, quando prevista no art. 61 do CP, em homenagem ao princípio da soberania dos veredictos do Tribunal Popular e em decorrência do sistema trifásico de aplicação da reprimenda. Precedentes desta Corte. (HC 90712 / DF; Ministro JORGE MUSSI; QUINTA TURMA; Data do Julgamento 27/03/2008; Data da Publicação/Fonte DJe 19/05/2008).

Assim, considerando que o agente agiu de surpresa, retifico a dosimetria da pena apenas para reconhecer esta circunstância como agravante prevista no artigo 61, II, “c”, do Código Penal, sem, contudo alterar o *quantum* da pena fixada no patamar de 19 (dezenove) anos e 06(seis) meses de reclusão.

Quanto ao regime integralmente fechado aplicado pelo juízo sentenciante, vislumbro a obrigatória aplicação do art. 2º, § 1º, da Lei 8.072/90, ante o advento da Lei 11.464/07 que modificou o referido artigo, o qual ordena a aplicação do regime inicialmente fechado e não mais o integralmente fechado para o cumprimento da pena.

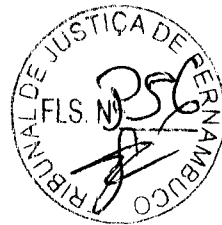
Ante o exposto, nego provimento ao apelo, e, *ex officio*, determino que o réu cumpra a pena em regime inicialmente fechado.

Recife, 18 de dezembro de 2009.


Desa. Alderita Ramos de Oliveira
Relatora



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE PERNAMBUCO
GAB. DO DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO



PROCESSO Nº: 0173090-9
COMARCA: JABOATÃO DOS GUARARAPES
VARA: VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
APELANTE: ALDEMIR JOSÉ DOS SANTOS
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO

184

VOTO REVISOR

Acompanho o relator, em todos os seus termos, por seus próprios fundamentos, **negando** provimento ao apelo e mudando o regime inicial de cumprimento de pena, visto que a Lei 11.464/07 deu nova redação ao art. 2º, §1º da Lei 8.702/90¹.

É como voto.

08 / 19 / 2009

Cláudio
Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Revisor

¹ Art. 2º

§ 1º A pena por crime previsto neste artigo será cumprida **inicialmente** em regime fechado.